



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
REQUERIMENTO Nº /14
(DA Sra. Andreia Zito e do Sr. Domingos Sávio)

Requer seja convocado o Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos noticiados na mídia, quanto a suspensão da propaganda relativa ao abono salarial, pago aos brasileiros mais pobres com o objetivo de fazer superávit primário.

Senhor Presidente,

Requeremos com base no art. 50 da Constituição Federal e 219, I, § 1º e 2º do RICD, a convocação do Sr. Manoel Dias, Ministro do Trabalho e Emprego, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos noticiados na mídia, quanto a suspensão da propaganda relativa ao abono salarial, pago aos brasileiros mais pobres com o objetivo de fazer superávit primário.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal **O GLOBO**, do dia 16 de maio do corrente ano, publicou matéria denunciando a tentativa do governo de fazer caixa com dinheiro do PIS dos trabalhadores de baixa renda. Segundo a reportagem, o governo, acreditando que a falta de informação poderia levar os brasileiros mais pobres a perderem o prazo para fazer o saque do abono salarial, e deixarem o dinheiro em caixa, orientou no sentido de que a publicidade fosse suspensa, o que de fato ocorreu.

Diz a reportagem:



Para ajudar no superávit, governo tenta

segurar R\$ 1,32 bi do PIS

• Campanha publicitária para incentivar a retirada do benefício é suspensa

PAULO CELSO PEREIRA (EMAIL)

GERALDA DOCA (EMAIL)

Publicado: 16/05/14 - 6h00

Setor de PIS na Caixa: 1,83 milhão de trabalhadores ainda não resgataram o benefício este ano Salvador Scofano / Extra/Arquivo

BRASÍLIA - Com dificuldade para cumprir a meta de superávit do ano, o governo tenta fazer caixa com um dinheiro destinado aos trabalhadores mais pobres: o abono salarial (PIS). O benefício, no valor de um salário mínimo (R\$ 724), é pago todo ano aos trabalhadores que recebem até dois salários. O prazo para o recebimento do abono encerra no dia 30 de junho. Em anos anteriores, o governo fez campanhas publicitárias para alertar as pessoas a procurarem as agências da Caixa Econômica Federal e sacar o dinheiro dentro do prazo. Este ano, em março, o Ministério do Trabalho iniciou os preparativos da campanha publicitária, mas ela foi suspensa. De acordo com integrantes do governo, a orientação partiu do Ministério da Fazenda e o objetivo é reservar os recursos para compor o superávit primário, economia que o governo faz para o pagamento dos juros da dívida.

Segundo o Ministério do Trabalho, há ainda 1,83 milhão de beneficiários que não sacaram o abono, o que equivale a uma quantia de R\$ 1,32 bilhão. Tem direito ao abono, quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos um mês no ano anterior ao do pagamento. Para isso, é preciso estar inscrito no cadastro do PIS há pelo menos cinco anos.

Consultado no mês passado sobre o tema, o Ministério do Trabalho confirmou que não havia campanhas previstas e que “estudava a produção de uma campanha publicitária sobre o tema, observando os limites orçamentários”. Integrantes do Palácio do Planalto, no entanto, confirmaram que não haverá campanha. Se os saques não forem feitos até junho, o recurso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

volta para o Tesouro e só pode ser retirado mediante decisão judicial.

Neste ano, até fevereiro, 91,4% dos trabalhadores beneficiados tinham buscado o dinheiro. O ritmo já era menor que o do ano passado, quando no mesmo mês o percentual já chegava a 92,2%. Mas a situação é especialmente delicada em algumas regiões do país e, por isso, a campanha publicitária é usualmente regionalizada.

Enquanto no Piauí e na Paraíba o percentual de saques já ultrapassava os 95% em fevereiro, no Distrito Federal ele estava em 80,3%; no Mato Grosso, em 86,8%; e no Amapá, em 87,2%. No Rio, haviam sido pagos 90,9% dos benefícios.

Entre fevereiro e abril, o percentual saiu de 91,4% de beneficiários para 92%. Caso mantenha esse ritmo, a tendência é que se chegue ao fim do prazo com mais de 7% dos beneficiários sem receber o abono, o que deixaria nos cofres do governo R\$ 1,14 bilhão.

Alertado sobre o problema, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), presidido por representante dos trabalhadores, acionou a Caixa, que alegou não ter dinheiro suficiente para pagar o abono. Então, o Conselho determinou que o banco notifique todos os trabalhadores que ainda não retiraram o valor devido.

As correspondências começaram a ser enviadas na quinta-feira, mas boa parte pode ser devolvida, porque os destinatários são empregados da baixa renda que costumam trocar de endereço com frequência.

O Codefat depositou os valores do abono na Caixa, usando parte dos recursos destinados ao pagamento do seguro-desemprego. Os dois benefícios são bancados pelo FAT, que está deficitário e necessita de aportes do Tesouro para cumprir suas obrigações.

Cronograma de pagamento não está definido

O representante da Força Sindical no Codefat, Sérgio Luiz Leite, disse que os conselheiros cobraram explicações do governo federal sobre a não realização da campanha neste ano e não receberam resposta.

— Não interessa ao governo fazer campanha, que tem maior poder de abrangência — disse o sindicalista.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os valores que estão retidos se referem ao cronograma de pagamento de 2013. O cronograma deste ano ainda não está definido, mas o Ministério da Fazenda também faz pressão para que os pagamentos sejam postergados.

A estimativa do Ministério do Trabalho é que serão necessários R\$ 7 bilhões para a primeira parcela do pagamento, programada para julho, destinada aos beneficiários que tem conta em banco e representam 40% do total de trabalhadores.

Segundo fontes, o Ministério da Fazenda tentará mudar as regras para reforçar o caixa do Tesouro na próxima reunião do Codefat, marcada para o fim deste mês.

Procurado, o Ministério do Trabalho e Emprego informou que “está viabilizando o envio de correspondências para beneficiários do Abono Salarial e também estuda a produção de uma campanha publicitária sobre o tema, observando os limites orçamentários estipulados pela Secom/PR em ano eleitoral”. Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda informou que o Tesouro Nacional não iria se manifestar.

<http://oglobo.globo.com/economia/para-ajudar-no-superavit-governo-tenta-segurar-132-bi-do-pis-12504897>

Conforme se depreende da reportagem o governo quer usar o abono salarial (PIS), benefício de um salário pago anualmente a quem recebe até dois salários mínimos, para ajudar no superávit primário. Tem direito ao abandono quem trabalhou com carteira assinada no mínimo um mês do ano anterior e está cadastrado no PIS há pelo menos cinco anos. Ocorre que muitos trabalhadores desconhecem tal direito e deixam de sacá-lo. Normalmente, o governo faz uma campanha para alertar a esses trabalhadores de baixa renda para fazerem o saque do benefício. No entanto, este ano, o governo não vai fazer campanha, como mostrou a reportagem do jornal **O Globo**.

A campanha publicitária para alertar os trabalhadores a procurarem as agências da Caixa Econômica Federal e sacar o dinheiro dentro do prazo é fundamental. Ressalte-se que o prazo para o recebimento do abono encerra no dia 30 de junho. Em março, o Ministério do Trabalho iniciou os preparativos da campanha publicitária, no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

entanto, ela foi suspensa. **Segundo integrantes do governo, a orientação partiu do Ministério da Fazenda e o objetivo é reservar os recursos para compor o superávit primário**, o que não podemos admitir. É uma manobra cruel que o governo federal está promovendo às custas do pobre, que muitas vezes não tem bom acesso à informação escrita e fica aguardando a notícia na televisão ou no rádio para procurar o benefício a que tem direito. O equilíbrio das contas públicas deve ser perseguido sim, mas jamais apostando na armadilha da desinformação.

Enquanto, por um lado o governo sonega uma publicidade que beneficiaria milhões de brasileiros, por outro esbanja recursos para fazer propaganda eleitoral visando a reeleição da Presidente Dilma

Portanto, diante do que foi divulgado, é imprescindível a convocação do Ministro do Trabalho, Sr. Manoel Dias, objetivando elucidar os fatos e prestar esclarecimentos aos inúmeros trabalhadores brasileiros que vivem à beira da miséria, com inúmeras dificuldades financeiras, e não podem abrir mão do benefício que lhes é de direito.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Dep. Andreia Zito
PSDB/RJ

Dep. Domingos Sávio
PSDB/MG